

Editoras

**Anália Torres**  
**Paula Pinto**  
**Cláudia Casimiro**

# **Género, Direitos Humanos e Desigualdades**

**Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas**  
Universidade de Lisboa  
2018

## **COLEÇÃO ESTUDOS DE GÉNERO**

### **TÍTULO**

Género, Direitos Humanos e Desigualdades

### **EDIÇÃO**

Anália Torres | Paula Pinto | Cláudia Casimiro

### **AUTORES/AS**

Adriana Bebiano | Anália Torres | Beverley Skeggs | Clara Araújo | Clementina Furtado  
Jackeline Pereira | Jeff Hearn | Joana Torres | Manuela Tavares | Margaret Abraham  
Maria do Céu da Cunha Rêgo | Maria do Mar Pereira | Maria João Cunha  
Pedro Vasconcelos | Rosemary Deem | Sofia Aboim | Sofia Neves

### **EDITOR**

© ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
Rua Almerindo Lessa, Campus Universitário do Alto da Ajuda  
1300-663 Lisboa  
[www.iscsp.ulisboa.pt](http://www.iscsp.ulisboa.pt)

**IMPRESSÃO** Rainho & Neves, Lda.

**DEPÓSITO LEGAL N.º** 449909/18

**TIRAGEM** 500 exemplares

**ISBN** 978-989-646-129-4

Dezembro de 2018

# ÍNDICE

APRESENTAÇÃO DOS AUTORES E DAS AUTORAS.....	ix
INTRODUÇÃO .....	xv
AGRADECIMENTOS .....	xxiii

## PARTE I

### GÉNERO, DIREITOS HUMANOS E DESIGUALDADES

*Capítulo 1 • ANÁLIA TORRES*

<b>Por que precisamos de estudos de género, feministas e estudos sobre as mulheres .....</b>	<b>27</b>
--	-----------

*Capítulo 2 • MARGARET ABRAHAM*

<b>Making a difference: addressing gendered and intersectional violence.....</b>	<b>35</b>
--	-----------

*Capítulo 3 • JEFF HEARN*

<b>On men, masculinities and changing unequal gender power relations: a transversal dialogue with myself.....</b>	<b>49</b>
---	-----------

## PARTE II

### IDENTIDADES, MOVIMENTOS E ESTUDOS FEMINISTAS

*Capítulo 4 • MANUELA TAVARES*

<b>Feminismos em Portugal: percursos e desafios.....</b>	<b>71</b>
--	-----------

*Capítulo 5 • ADRIANA BEBIANO*

<b>Speak truth to power: representation and discipline in feminist studies .....</b>	<b>79</b>
--	-----------

*Capítulo 6 • SOFIA ABOIM*

<b>On identity politics and its discontents: between gender recognition and disembodied communities .....</b>	<b>103</b>
---	------------

**PARTE III**

GÊNERO E CONSTRUÇÃO DAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

*Capítulo 7 • SOFIA NEVES, JACKELINE PEREIRA e JOANA TORRES*

**Violências no namoro homossexual: as vozes das raparigas** . . . . . 125

*Capítulo 8 • BEVERLEY SKEGGS*

**Judgment in the struggle for legitimate personhood** . . . . . 149

*Capítulo 9 • MARIA JOÃO CUNHA*

**Projetos corporais femininos nas sociedades de consumo ocidentais:  
sujeição vs. agência** . . . . . 167

**PARTE IV**

POLÍTICAS DE IGUALDADE DE GÊNERO EM CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL

*Capítulo 10 • MARIA DO CÉU DA CUNHA RÊGO*

**O caminho das pedras da igualdade de género** . . . . . 183

*Capítulo 11 • CLEMENTINA FURTADO*

**Igualdade de género em Cabo Verde – avanços e desafios** . . . . . 199

*Capítulo 12 • CLARA ARAÚJO*

**As políticas públicas no Brasil e os desafios para a sua manutenção  
no contexto político atual** . . . . . 225

*Capítulo 13 • PEDRO VASCONCELOS*

**Ordens de género e reivindicações trans: a desgenitalização política  
do género?** . . . . . 259

*Capítulo 14 • ROSEMARY DEEM*

**Living with gender in the 21<sup>st</sup> century university: how do we now effect  
lasting change?** . . . . . 281

**PARTE V**

## CIÊNCIA, GÉNERO E UNIVERSIDADE

*Capítulo 15 • MARIA DO MAR PEREIRA*

**O estatuto epistémico dos estudos sobre as mulheres, de género e feministas em Portugal: discurso oficial e conversas de corredor. . . . .** 305

*Capítulo 16 • ROSEMARY DEEM*

**The gendered university in times of austerity: a comparison of the UK and Portugal. . . . .** 331

*Capítulo 17 • ALZIRA RODRIGUES*

**A igualdade de género e a oferta formativa na Universidade de São Tomé e Príncipe. . . . .** 353

**ÍNDICE DE FIGURAS**

3.1	Outline of the relations of problematics . . . . .	51
9.1	A evolução dos padrões de beleza corporal . . . . .	173
9.2	Formas de investimento corporal . . . . .	174
10.1	Comparação das propostas face à igualdade entre mulheres e homens . . . . .	189
10.2	Regime das licenças iniciais da mãe e do pai: total de 364 dias, pagos a 100%, em 2019; assimetria entre a mãe e o pai de 0 dias . . . . .	197
11.1	Distribuição percentual da participação nas atividades do trabalho doméstico. . . . .	215
17.1	Participação da mulher no parlamento. . . . .	355
17.2	Distribuição das famílias por género do chefe do agregado familiar e por escolarização . . . . .	357
17.3	Percentagem de raparigas/rapazes matriculados na USTP. . . . .	358
17.4	Cursos equiparáveis sem predominância de sexo. . . . .	359
17.5	Percentagem do curso de predominância feminina. . . . .	359
17.6	Percentagem de cursos de predominância masculina. . . . .	360

## ÍNDICE DE TABELAS

3.1	Broad emphases in hegemonic masculinity and hegemony of men framework . . . . .	59
11.1	Grau de escolarização por sexo em Cabo Verde. . . . .	210
11.2	Taxas de aprovação e de abandono escolar por sexo em Cabo Verde . . . . .	211
11.3	Distribuição das pessoas por sexo e unidade orgânica na Universidade de Cabo Verde . . . . .	213
11.4	Distribuição da população ativa por sexo. . . . .	214
11.5	Trabalho Não Renumerado por componentes . . . . .	215
11.6	Mulheres vítimas de VBG . . . . .	216
11.7	Processos de Violência Baseada no Género . . . . .	218
12.1	Alguns elementos sobre a realidade das mulheres brasileiras . . . . .	255
12.2	A participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil . . . . .	256
12.3	Média de horas semanais dedicadas ao trabalho pago, trabalho doméstico e média total, segundo o sexo (Brasil e Região Sudeste, 2013) . . . . .	256
16.1	Similarities between UK and Portugal HE systems in respect of gender. . . . .	342
16.2	Differences between UK and Portugal HE systems in respect of gender . . . . .	343
17.1	Estudantes da USTP, dos diferentes cursos de licenciatura por sexo e percentagem .	358
17.2	Estudantes dos diferentes cursos de pós-graduação por sexo e percentagem . . . . .	361

## AGRADECIMENTOS

Este segundo volume das Edições ISCSP, Coleção Estudos de Género, reúne um conjunto de textos apresentados no âmbito do I Congresso Internacional de Estudos de Género, realizado em maio de 2016 no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa) e promovido pelo CIEG, Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, Centro de Excelência da FCT, Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Nem o presente volume, nem o Congresso, teriam sido possíveis de concretizar sem a conjugação de esforços e vontades por parte de várias instituições, entidades e pessoas às quais cabe agora um agradecimento especial.

Para a realização do Congresso várias foram as personalidades, investigadores e investigadoras envolvidas. Para além da Comissão Científica, que contou com os nomes mais reconhecidos no âmbito dos Estudos de Género, Feministas e sobre as Mulheres em Portugal, para a realização do Congresso foi fundamental o envolvimento muito ativo em todas as tarefas da sua Comissão Executiva. Agradecemos pois ao excelente coletivo constituído por Anália Torres, Angélica Lima Cruz, Bernardo Coelho, Clara Oliveira, Cláudia Casimiro, Dália Costa, Diana Maciel, Helena Pereira de Melo, Helena Sant'Ana, Manuela Tavares, Maria João Cunha, Paula Pinto, Teresa Pinto, que durante vários meses preparou de forma cuidadosa as diferentes etapas do Congresso. E que na sua sequência preparou também os *outputs* do mesmo: o presente livro, o livro de resumos, a edição online dos textos das comunicações, e todo o seu processo de seleção, através do envio para *blind referees*.

Os contributos da empresa Leading, em especial de Carin Isacson e de Bianca Elias, foram decisivos para a organização do evento, e para que ele se tivesse desenrolado de forma célere e eficaz.

Para a elaboração do livro contámos ainda com a colaboração de Carolina Pita e de Ellen Theodoro e com o precioso trabalho de revisão de Patrícia São João, Patrícia Neca e Teresa Pinto.

Agradecemos ainda ao Presidente do ISCSP, Professor Doutor Manuel Meirinho, o suporte institucional que se consubstanciou no apoio técnico de diversas áreas do Instituto, com particular reconhecimento à Dra. Rute Manaia e à Dra. Antónia Vieira Pereira, ao Mestre Jorge Martins e à Dra. Carla Correia e Dra. Inês Pereira, ao Dr. David Monteiro e ao Dr. Henrique Pinto. A equipa agradece ainda o inestimável apoio das Secretárias do CIEG, Doutora Clara Oliveira e da Dra. Patrícia São João.

# Por que precisamos de estudos de género, feministas e estudos sobre as mulheres

*Anália Torres*

Como em qualquer domínio científico os estudos de género, feministas e sobre as mulheres têm muitas portas de entrada para poder compreender o que analisam. Os objetos de pesquisa que escolhemos são circunscritos, porque obviamente não podemos estudar todos os aspetos da realidade de uma vez. Mas os objetivos são — ou devem ser — também comuns a qualquer área científica: conhecer a realidade para melhor intervir sobre ela e, direta ou indiretamente, transformá-la.

É isso que se procura fazer tanto, por exemplo, na biologia como nos estudos de género. Investigar formas de combater o cancro é conhecer para intervir sobre os corpos humanos e sobre a nossa qualidade de vida para a melhorar. Estudar as desigualdades de género tem também como objetivo conhecê-las para melhor intervir sobre elas, identificando modos de as combater.

O CIEG é o único centro de investigação inteiramente dedicado aos estudos de Género em Portugal, de criação recente e de acreditação pela nossa entidade científica competente (a FCT). Este é um exemplo do atraso no reconhecimento deste importante campo de estudos no nosso país, mas não quer dizer ausência de interesse e de investigação sobre as questões de género, sobre os feminismos ou os estudos sobre as mulheres em Portugal. Em várias universidades e em di-



versos pontos do país investigadoras e investigadores foram fazendo pesquisa e os seus percursos académicos neste âmbito; publicam-se revistas, promovem-se encontros, embora o seu impacto seja limitado e o reconhecimento pelos pares na comunidade científica marginal.

Razões históricas que têm a ver com o atraso do desenvolvimento científico em Portugal, e com a resistência da ditadura ao desenvolvimento das ciências sociais, em particular, podem contribuir para explicar este começo tardio. Só depois da Revolução de Abril de 1974 foi possível um impulso criativo nestas áreas.

Muitas e muitos de nós estiveram então envolvidos no processo de crescimento das diferentes disciplinas do campo científico, abrindo licenciaturas, mestrados e doutoramentos, organizando departamentos, mergulhando na pesquisa e nos diferentes terrenos, fazendo crescer as instituições. Crescimento em muitos casos de baixo para cima, com poucos recursos, mas com liberdade e entusiasmo que constituem uma bela memória.

Outros fatores de certo contribuíram para a continuidade desse atraso, como o sexismo, a desvalorização e a marginalização destas áreas de pesquisa, atraso que se verificou genericamente, de resto, com as ciências sociais no contexto universitário.

Se até agora tem havido algum fechamento na universidade ao reconhecimento pleno da relevância científica dos estudos de género, em contrapartida, os temas da igualdade entre o sexos, da paridade nos cargos políticos, do direito das mulheres ao seu corpo e nomeadamente à IVG, dos direitos LGBT, nomeadamente, do direito das pessoas do mesmo sexo à igualdade no acesso à parentalidade, ao casamento e à reprodução medicamente assistida, estiveram na agenda política portuguesa sobretudo a partir de meados da década de 2000 conhecendo mesmo muito recentemente respostas legislativas positivas.

Sinal de que as reivindicações e a pressão de novas gerações revelam perspectivas mais igualitárias e que souberam conjugar esforços e fazer alianças para lutar e ganhar o reconhecimento de direitos que tardava. Vale a pena frisar, no entanto, que se deve ter cautela, porque os recuos são possíveis como infelizmente as experiências no nosso e em outros países nos têm demonstrado. Sabemos, por outro lado, que o reconhecimento da lei, embora sendo sinal importante, não é por si suficiente para eliminar as resistências no combate à discriminação.

O facto de termos chegado tarde à constituição de um centro de estudos de género não tem só desvantagens. Podemos beneficiar hoje de contributos diver-

sificados, de vozes diferentes, de debates que amadureceram e que nos impelem a rejeitar visões reducionistas ou lógicas mutuamente exclusivas.

E é disso agora que gostaria de vos falar.

## **Por que precisamos dos estudos de género, dos feminismos e dos estudos sobre as mulheres?**

Podemos identificar, entre outras, oito razões:

1. Primeira razão: os estudos de género têm sido fundamentais para mudanças de perspetiva nas diferentes áreas científicas. As desigualdades entre homens e mulheres antes naturalizadas e justificadas em termos do determinismo biológico, passaram a ser vistas como socialmente construídas.

Para além dos movimentos feministas, foram também as mulheres anónimas, em particular, durante o período da dolorosa guerra colonial de 1961 a 1974 em que Portugal se envolvera, substituindo os homens, nas mais variadas atividades, tanto em empregos qualificados, como nos não qualificados, que reclamaram igualdade de tratamento e participaram ativamente nos movimentos sociais de base no pós 25 de Abril, que se empenharam na frequência do sistema de ensino e que constituindo a esmagadora maioria dos analfabetos no início do século xx tinham já no seu final níveis de escolaridade média superior à dos seus parceiros masculinos. Foram assim mostrando que a suposta incapacidade intelectual das mulheres era uma história mal contada, com propósitos consciente ou inconscientemente bem definidos: manter a supremacia masculina e o homem como referente neutro universal. Mas esta visão de uma diferença socialmente construída entre os sexos “opostos” e com posições assimétricas de poder foi sendo sofisticada

2. Segunda razão: os estudos de género têm mostrado que homens e mulheres não podem se considerados como categorias duais e internamente homogêneas. Assim, classe, etnia, orientação sexual, idade e geração, condição de deficiência, contexto nacional e global constituem fatores contextuais que condicionam os modos de viver no masculino e no feminino. O que algumas análises sociológicas

já vinham mostrando, mas que se tornou muito mais claro com os contributos das correntes feministas e da perspectiva da interseccionalidade.

Muitos estudos revelam, de resto, quando se comparam os dois grupos — homens e mulheres — que as diferenças de opinião entre eles são menores do que as diferenças existentes dentro de cada uma das categorias: ou seja as diferenças intra-sexos são superiores às diferenças intersexos. Conclusão contraintuitiva, já que na comunicação social, nos media e através do marketing, estamos a ser continuamente bombardeados com as imagens de categorias opostas.

E como considerar idênticas as experiências e os modos de vida, as forma de pensar de uma mulher branca da classe média num país rico europeu e as de uma pessoa, mulher ou homem, pobre, de um país periférico do Sul? Ou como considerar que são idênticas as experiências de vida de pessoas pertencendo à maioria branca heterossexual, das de uma pessoa negra e homossexual ou transexual?

3. Terceira razão: os estudos de género têm mostrado que o género não é uma propriedade dos indivíduos mas algo que nos “é feito” e atribuído desde a nascença, e que nós vamos construindo e negociando ao longo da vida e nas diferentes interações sociais. Esta visão performativa do género é importante porque sublinha a possibilidade de agência e combate a lógicas deterministas — o que se faz também se pode desfazer. É uma perspectiva que abre portas também para a diversidade das identidades de género, para a possibilidade do carácter fluido do género e da própria vivência da sexualidade, questionando o imperativo da heteronormatividade.

4. Mas será que esta pluralidade de modos de viver, esta diversidade na forma de se fazer “género”, ou de o negociar nas interações sociais, nos permite identificar hierarquias nas formas de “fazer género”? Por que é que se valoriza o que está associado ao masculino, e se desvaloriza o feminino? Precisamos de estudos de género, quarta razão, para ser possível associar a percepção das interações sociais e a diversidade às lógicas estruturais onde se distribuem de forma

diferenciada, recursos, poderes e direitos e se localizam pessoas no espaço social em relações hierárquicas e assimétricas.

5. Mas como se manifesta o poder? Nas nossas análises a lente de gênero é fundamental, como quinta razão, porque sabemos que as relações de poder são mais sofisticadas do que o simples exercício vertical de cima para baixo, exercendo-se também na horizontal, diluindo-se em micro-poderes e sendo vividas e exercidas de forma tanto objetiva como subjetiva, de modo consciente como inconsciente.

E se a violência sexual, ou a violação como arma de guerra, nos revelam a face mais sinistra destas forma de exercício do poder, mostrando-se como caso limite de um contínuo de opressão, nem por isso se pode deixar de prestar atenção a estas outras formas de submissão mais subtis, vividas de formas diferenciadas e por isso mesmo mais difíceis de ver e de combater.

6. Precisamos de estudos de gênero, como sexta razão, para que se valorizem os contributos dos feminismos, quer como movimento social, quer pelos seus avanços teóricos e metodológicos, porque foram os feminismos que questionaram as disciplinas estabelecidas, denunciando uma história e uma vida social que valorizavam fundamentalmente os protagonismos no masculino, com ocultação e desvalorização das mulheres. Mas também porque as linguagens plurais do feminismo, que se exprimem nas artes, na cultura, na literatura, na filosofia permitiram a transgressão de fronteiras valorizando estas várias formas de conhecimento da realidade enriquecendo também as abordagens científicas.

7. Em sétimo lugar precisamos de estudos de gênero, que falem da igualdade entre mulheres e homens, integrando-a numa lógica de igualdade social e de oportunidades. Sabemos que um dos nós centrais da desigualdade entre mulheres e homens se localiza na relação entre a esfera da produção e da reprodução, valorizando-se a

primeira, que se associou ao espaço público e ao poder, desvalorizando a segunda remetida para o “desvalor” do privado, embora se tenham loas, mais ou menos hipócritas, ao seu valor “social”, nomeadamente, em fases de retração da natalidade.

Os estudos têm mostrado que existe o desejo, também por parte dos homens, de repartições de tempo mais equilibradas entre trabalho pago e não pago. Mas os ritmos de produção, a desigualdade salarial de base, as ideologias de género impõem a reprodução das desigualdades. Acresce a esta realidade as imposições dos regimes de austeridade e dos cortes em que vivemos nos últimos anos, tempos duríssimos de desregulação e de perda de direitos, de precariedade, de desemprego, de salários baixos para todos mas em que as mulheres continuam a ser penalizadas com o sobretrabalho pago e não pago. Apesar das conquistas recentes que permitem dissociar — agora nos dois sentidos — sexualidade de procriação — esta divisão de esferas para a maioria das mulheres e dos homens continua a prevalecer constituindo-se como organizador profundo da vida social, estando na origem dos obstáculos à participação feminina na vida política ou a maior igualdade na esfera do trabalho. São limitações à participação que têm graus diferentes de acordo com os contextos sociais, nacionais e à escala global.

Como não falar da importância dos direitos das mulheres num país em que há cerca de 40 anos as mulheres não tinham ainda o pleno direito ao voto, em que as enfermeiras não podiam casar, em que as mulheres não podiam ser juízas, nem procuradoras, em que todas estavam pela lei sob a tutela do pai ou do marido? Como não falar de igualdade entre homens e mulheres, agora à escala global, quando milhões de raparigas e mulheres são traficadas ou morrem às mãos dos seus parceiros?

E há alguma contradição entre defender com a mesma veemência a igualdade entre mulheres e homens, a igualdade e a justiça social, e igualdade de direitos LGBTQA? Na nossa perspectiva nenhuma contradição. Todos radicam nas mesmas formas de discriminação: uma definição das pessoas pelos seus atributos relativos à sexualidade e ao seu género e aos seus recursos económicos e financeiros, que es-

tabelece hierarquias em que as que pertencem a uma classe social, a um determinado sexo (masculino) e a uma determinada orientação sexual (heterossexual) são mais valorizados do que outras.

**8.** Vale a pena ainda sublinhar, como oitava razão, que existe hoje importante legislação a nível transnacional e que ela é o resultado da pressão dos movimentos feministas, e de *lobbies* de mulheres, que foram introduzindo na agenda política internacional a questão da igualdade.

De facto vivemos com um conjunto de regras e articulados legais transnacionais — Pequim+ 15, ONU mulheres, OIT, Convenção de Istambul, legislação europeia de diferentes níveis — adotadas também nas agendas políticas nacionais, onde constam a promoção da igualdade de género e o combate a várias formas de discriminação. São leis e fontes de informação importantíssimas que acabam por funcionar como referente com efeitos ideológicos e práticos importantes sobre um conjunto vasto da população: protegem grupos e direitos de uma parte, produzem efeitos de reestruturação cognitiva importante noutros grupos mais resistentes à mudança.

Mas há vários problemas a precaver. Por um lado, a existência destas normas transnacionais e nacionais, podem também reforçar a ilusão de que tudo está garantido e de que a legislação se traduz de facto em igualdade. Por outro lado, sabemos que as inércias e as resistências atravessam vários campos: dos aplicadores e aplicadoras da lei, das culturas organizacionais, às instituições nos seus modos de funcionar tradicionais, que tendem ou podem tender a adotar a retórica da igualdade sem que ela se traduza em qualquer mudança. É o que a experiência da atividade do CIEG tem mostrado em domínios tão diferentes como a aplicação dos planos nacionais para igualdade ou no combate à violência de género.

Os estudos de género são neste plano, mais uma vez necessários, para introduzir reflexividade crítica, capacidade de avaliação e correção das políticas e dos seus efeitos. E sobretudo para contribuir para explicar, através da pesquisa nas

diferentes áreas, por que razões o que está na lei não se cumpre na prática, e o que está na base de tantas resistências.

É por isto que o nosso centro tem um curto passado mas espera ter grande futuro. E que possa crescer, desenvolver-se e estender-se para outras áreas científicas, e outras esferas de conhecimento, envolvendo mais colegas, a nível nacional e internacional. Contamos convosco para nos ajudar neste caminho.